

## A INSERÇÃO DA JUVENTUDE NO MERCADO DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA: EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DE AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Marcelo Alves Pereira Eufrazio<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende focar a inserção dos jovens no mercado de trabalho a partir dos movimentos sociais de lutas de afirmação dos direitos humanos de segunda dimensão, os direitos sociais na América Latina, particularmente nas experiências de participação da juventude na contextualização histórico-social das ações estudantis e operárias do México e Argentina, que se formou em meados do século XX. Para tanto, foi utilizada uma revisão bibliográfica baseada nas escolas neomarxista thompsiana, gramsciana e habermasiana, além de teóricos da sociologia do trabalho como Robert Castel e Paul Singer, bem como da sociologia da juventude latino-americana como Sérgio Balardini, Maritza Urtega Castro Pozo e José Antonio Pérez Islãs. O legado que permanece da juventude latino-americana, neste caso, no cenário mexicano com os jovens estudantes desejosos do trabalho fabril digno, bem como do movimento dos piqueteiros na Argentina que tem, em suas fileiras, muitos jovens ociosos pelo trabalho e pela participação política é a preponderância de mecanismos muito sutis de resistência e de luta em favor dos direitos sociais, particularmente aqui do trabalho digno.

**Palavras-chave:** Direitos sociais latino-americanos; Juventude; Trabalho

## THE INTEGRATION OF YOUTH INTO THE LABOR MARKET IN LATIN AMERICA: SOCIAL EXPERIENCES OF STATEMENT OF HUMAN RIGHTS

**Abstract:** This paper aims to focus on the inclusion of youth into the labor market from the social movements of struggles to uphold human rights of second dimension, the social rights in Latin America, especially on the experiences of youth participation in socio-historical contextualization of student and working class actions from Mexico and Argentina, which was formed in the mid-twentieth century. Thereto, a literature review was conducted based on Thompsonian Neo-Marxist, Gramscian and Habermasian schools, besides theoreticians of the Labor Sociology as Robert Castel and Paul Singer, as well as the Sociology of Youth in Latin America as Sérgio Balardini, Maritza Urtega Castro Pozo and José Antonio Pérez Islãs. The legacy that remains from the Latin American youth, in this case, the Mexican setting with young students desirous of worthy manufacturing work, as well as the movement of the picketers in Argentina that have in their ranks many young people unused at labor and by political participation, it is the preponderance of the many subtle mechanisms of resistance and struggle for social rights, specifically here of decent work.

**Keywords:** Latin America; Social Rights; Youth; Labor

---

<sup>1</sup> Historiador e bacharel em Direito, mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professor do curso de Direito da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Pesquisador da Fundação Pedro Américo, vinculado ao CNPq. E-mail: [marcelo.eufrazio@gmail.com](mailto:marcelo.eufrazio@gmail.com)

## Introdução

Neste ensaio, a proposta consiste em trabalhar a ideia de movimentos sociais na América Latina e a afirmação dos direitos humanos de segunda dimensão, mais especificamente, a partir da participação da juventude na contextualização histórico-social das ações estudantis e operárias do México e Argentina, esse movimento se formou meados do século XX na contramão da História local, países que tiveram sua História influenciada de perto pelo imperialismo norte-americano e pelas ações dos governos conservadores locais e que usaram do poder econômico do empresariado internacional e dos latifundiários para se sobreporem diante das carências sociais da população dos países latino-americanos. Nessa esteira, dá se também uma rica influência dos movimentos estudantis e dos operários europeus, principalmente na França.

O objetivo de abordar a questão da inserção da juventude no contexto social de mobilização reivindicatória latino-americana se deve ao fato do desenvolvimento do trabalho com esse objeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. A ênfase da pesquisa recai na questão da inserção dos jovens no mercado de trabalho a partir da política pública contemporânea do Pró-Jovem Urbano, levando-se em consideração os arranjos e as dinâmicas presentes no capitalismo atual, como, por exemplo, o problema do incremento da informalidade no cenário das relações de trabalho.

Os movimentos sociais juvenis serão estudados a partir do legado francês, principalmente ao se perceber que as ações da juventude de protesto e contestação social foram legadas pelos movimentos estudantis e pelos operários europeus, facilitando a arquitetura das intenções dos jovens em suas estratégias. Diante disso, mesmo não logrando êxito na maioria das situações reivindicatórias, as ações estudantis e operárias emprestam seus sonhos, suas lutas e suas ideologias políticas aos jovens operários latino-americanos.

### **1. Aspectos teórico-metodológicos do paradigma marxista no estudo dos movimentos sociais da juventude.**

A construção dos movimentos sociais ao longo da história constituiu-se nas mobilizações sociais de diferentes setores e de grupos sociais em torno de uma grande diversidade de reivindicações e interesses. Nesse sentido, propõe-se uma leitura desses movimentos sociais, particularmente os movimentos da juventude a partir das articulações sociais e suas estratégias de organização em torno das questões emancipatórias.

Desse modo, os movimentos sociais são entendidos a partir de diferentes abordagens teóricas, justificando seus estudos acerca das teorias dos movimentos sociais. Para uma melhor compreensão da abordagem teórico-metodológica dos movimentos sociais referente às lutas da juventude, a leitura seguirá o paradigma marxista, visto que esse modelo social que ajuda entender a dinâmica das lutas de classes e as articulações dos personagens históricos sobre de suas necessidades sociais, principalmente as relacionadas ao mundo do trabalho.

O paradigma marxista emprenha-se na compreensão do processo histórico e social a partir das lutas

sociais voltadas à transformação das condições existentes na realidade social, de maneira que a própria mobilização dos sujeitos sociais se articula em função da realidade material na qual os indivíduos estão inseridos. Esse paradigma defende as lutas emancipatórias como elemento determinante para o processo de luta histórica das classes e das camadas sociais menos favorecidas materialmente e em situação de subordinação.

A concepção teórico-metodológica marxista estuda os acontecimentos políticos e ideológicos (superestrutura) condicionados aos elementos econômicos (infraestrutura). O motor desses acontecimentos acaba sendo o materialismo histórico, que de certo modo, constitui o ponto em que se fixa cientificamente o sistema socialista. Essa luta pela existência une os grupos de igual situação para formar as classes sociais, as quais lutam entre si pela existência, ou seja, a luta de classes. O objeto dessa luta é a exploração da classe operária pelas classes que detêm o *status quo*, a burguesia.

A perspectiva marxista se pauta pela emancipação do sujeito social em relação ao homem egoísta, somente o homem, livre de seus egoísmos e convivendo com os outros homens em sua comunidade, pode tornar-se “homem verdadeiro e autêntico” (MARX, 1975, p. 59). Para ele, a emancipação constitui uma atitude de superação e emancipação política e social conforme fica exposto:

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (*Op. Cit.*, p. 63).

A emancipação do homem é uma luta contra o sistema instituído. Segundo Marx, o modelo de domínio político da modernidade não permite nenhuma saída emancipatória para os homens. Nesse sentido, a teórica marxista tem papel fundamental na formulação teórico-metodológica das estratégias e mobilizações dos movimentos sociais de esquerda e revolucionária, principalmente no contexto latino-americano do século XX, com lutas em torno das necessidades sociais e frente aos governos locais de domínio conservador, principalmente os movimentos que defendem a abertura política, melhores condições de vida como emprego, educação, moradia entre outros.

No entanto, é preciso ressaltar que o paradigma marxista de análise dos movimentos sociais não pode ser entendido apenas como sinônimo de movimento operário, mesmo que sirva para estudá-lo, não é uma teoria específica e exclusivista dos movimentos dos trabalhadores. Lembra Gohn (2000, p. 171-172) que:

Na realidade esta posição desconhece algumas análises sobre os movimentos sociais não-operários, tais como os reivindicatórios de bens e melhorias coletivas, principalmente de equipamentos públicos, realizadas nos anos 70 e 80. Outra distorção frequente é a generalização do paradigma em uma só teoria, sem distinção de abordagens ortodoxas e não-ortodoxas, mesmo no estudo da classe operária. Assim, ignora-se que as análises da classe operária feitas pela corrente dos historiadores marxistas ingleses foram uma releitura do marxismo ortodoxo, deslocando o eixo das determinações exclusivamente econômicas para outros campos da vida social, como o cultural. Embora estes estudos mantenham as categorias básicas marxistas, representam uma releitura da ala do marxismo clássico, tradicional, tido como ortodoxo.

O paradigma marxista, nesse sentido, deve ser concebido sob duas perspectivas teóricas, conforme

acentua Gohn (2000). Uma, ligada ao jovem Marx que trabalha com as categorias de consciência, ideologia, alienação, luta de classes e outros, e que acabou legando suas origens à tradição histórica de pensadores como Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, somente para citar, bem como a formação da Escola de Frankfurt, cuja teoria clássica influenciará as análises mais contemporâneas dos movimentos sociais. A abordagem é do Marx maduro que levanta seus estudos a partir de categorias economicistas como forças produtivas, relações de produção, superestrutura, mais-valia, por exemplo.

Ainda é preciso lembrar os teóricos que representaram na Europa uma releitura do marxismo ortodoxo, como os representantes da historiografia social inglesa, Hobsbawm, Hill e Thompson. Esse último, Edward Thompson, é quem garante uma análise da história do trabalhismo e os diversos aspectos que a envolve como as revoluções burguesas, o processo de industrialização, as diferentes manifestações de resistência, a luta e a revolta da classe trabalhadora, como elementos de contextualização histórica do século XIX que permitem entender a *praxis* marxista dentro da reestruturação das categorias marxistas como superestrutura e infraestrutura, sociedade de classes e modos de produção. Nessa abordagem neomarxista, há um redimensionamento do conceito de classe, ou seja, a classe ainda não está formada. Há diferença entre “categoria classista” (categoria determinada) e “categoria histórica” (categoria em processo de construção). A classe se torna algo em formação ou a ideia de classe fazendo-se na história e fazendo história, tornando a concepção thompsoniana a opção de uma história a partir dos “de baixo”, não sendo diferente da opção da teoria do marxismo clássico. No entanto, a questão da experiência representa uma relação que não está presente na literatura marxista, ou seja, é preciso agenciar o ser humano ou uma história feita por agentes efetivos em uma realidade dada, evitando-se uma história sem sujeitos, mascarada apenas nas relações categóricas. Já, a ótica thompsoniana, é necessário construir uma problematização da história a partir da cultura operária.

Sob a perspectiva marxista dos movimentos sociais, o enfoque continua sendo a problemática das classes sociais. Essa questão é utilizada para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do movimento e, assim, as articulações que fundamentam a ideologia do movimento, lembra Gohn (2000).

Ao inserir a composição dos movimentos sociais da juventude no contexto teórico-metodológico marxista, entende-se que seus integrantes, em boa parte das mobilizações do século XX, voltaram-se às ações e lutas acerca das questões estudantis e operárias. Desse modo, parafraseando Gohn (2000), esse paradigma quando aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários ou não-operários, não significa apenas uma teoria explicativa, mas indica também uma teoria orientadora para os próprios movimentos.

E mais, as ações dos movimentos juvenis estiveram voltadas em significativo número de países latino-americanos e europeus às questões de conscientização de classe, participação político-social e lutas contra o poder instituído, seja ele representado pelo Estado ou pela iniciativa privada.

## 2. Juventude e Classe Operária

A juventude esteve inserida no contexto operário como tema fundamental desde o surgimento do processo de industrialização no cenário europeu em meados do século XIX, principalmente com as modificações do processo produtivo no contexto do capitalismo industrial.

Diante das mudanças advindas com o capitalismo moderno, o processo de acumulação de capital trouxe transformações nas relações de trabalho que asseguraram a produção em massa a partir da divisão do trabalho nas fábricas, garantindo, com a industrialização e a mão-de-obra assalariada, um conjunto de trabalhadores presos a uma situação de alienação e com as condições de trabalho insalubres. Daí que o incremento da mão-de-obra de mulheres, jovens e crianças nas fábricas demarca uma trajetória significativa de exploração da mão-de-obra barata e sem qualificação profissional, na medida em que a mecanização das fábricas em decorrência da modernização dispensa um maior número de trabalhadores qualificados.

A receita para precarização das políticas públicas de proteção das crianças e adolescentes, bem como das legislações que discutem a matéria durante os séculos XIX e XX, é demarcada pela situação composta por interesses opostos que envolvem os discursos governamentais e as práticas mercadológicas durante o processo de acumulação de capital. Marx observa, em *o Capital* (1987), que há, nessa relação capitalista, uma “contradição imanente ao emprego da maquinaria” no sentido de que a produção relativa ao uso da maquinaria é bem superior ao exercido pelos meios tradicionais. É o que faz com que a contradição propriamente dita estivesse no fato de que, para um capital de grandeza dada, só seria possível com o aumento da taxa de mais-valia graças ao emprego da maquinaria, na medida em que se diminui o número de trabalhadores, com a consequente utilização da máquina a vapor como força motriz, dispensando o uso de grande força física no processo de trabalho, determinando o recrutamento de mão-de-obra infantil, juvenil e feminina, submetidas às piores condições.

Em decorrência desses registros históricos que relatam as relações de trabalho infanto-juvenil, percebe-se que há uma intensificação desses conflitos sociais a partir do processo de industrialização decorrente do século XIX na Europa. A partir daí, as medidas de desumanização da condição de crianças e de adolescentes no mercado de trabalho institucionalizavam-se como um dos vetores do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial no trabalho das linhas de produção, condicionando aqueles sujeitos sociais às piores condições de formação humana. Tal condição se deve ao fato de que a lógica da revolução industrial se moldou na ideia de desenvolvimento intenso da produção econômica, cujo regime da livre concorrência desencadeou a abertura dos mercados e a disponibilidade da mão-de-obra de jovens, de mulheres e de crianças. Essa situação é discutida por Minharro (2003), que entende que mulheres, crianças e adolescentes passaram a ser os prediletos dos industriais, posto que se submetiam a perceber salários inferiores aos dos homens. E assim, a força de trabalho acabava sendo vista como mera mercadoria sujeita às flutuações da lei da oferta e da procura, em cujo emprego da mão-de-obra representava uma redução do custo de produção e um meio eficiente para enfrentar a concorrência.

A tradição do operariado industrial se compôs de jovens trazidos das camadas societárias menos favorecidas materialmente, inclusive destituídas de privilégios, fazendo com que o acesso ao trabalho fabril fosse a oportunidade da inserção da juventude numa dinâmica de melhores oportunidades sociais, mesmo que não destituída das contradições capitalistas. Segundo Perrot (1996, p. 84), ao propor uma sociedade operária na Europa dos séculos XIX e XX, o sistema capitalista impôs um novo padrão de conduta familiar, com características muito individualistas e alienadas para juventude conforme se entende:

A família é, mais que nunca, a instância de gestão e de decisão no que concerne aos jovens. Ora, ela tem sua lógica própria que não é necessariamente a dos membros que a compõem; uma lógica mais holística que individualista, que privilegia o todo sobre as partes e se aplica especialmente às mulheres e aos jovens, lógica que a classe operária, em via de constituição, irá retornar. Sua

identidade não se funda nem sobre gênero, nem sobre a categoria de idade; ao contrário, ela pretende subsumi-los. A família – e a classe – operária tem necessidade de seus jovens, mas lhes pede trabalho, obediência e, em última instância, silêncio. Eles se exprimem pouco, e, quando o fazem, sua voz é reprimida.

No contexto capitalista, a juventude representa um momento oportuno para o crescimento intelectual e fabril, inclusive quando da oportunidade de aprendizagem. Porém, a passagem para a mocidade representa, no cenário europeu, a possibilidade de emancipação diante da família e não do sistema industrial, mesmo que, para isso, a alienação subjuga os jovens operários frente às condições de trabalho assalariado. Lembra ainda Perrot (1996) que aos 18 anos os jovens se sentem amparados pela lei para emanciparem-se diante de seus pais, podendo deliberar sobre suas vidas, ou seja, “após os dezoito, eles são adultos em relação aos deveres, não em relação aos direitos, que não têm. A oficina, a fábrica, o canteiro de obras tornam-se assim espaços juvenis, pelo menos lugares da juventude operária” (*Op. Cit.*, p. 102).

O momento da tentativa de conscientização e da rebeldia juvenil se dá quando suas necessidades sociais são negadas e a condição de aviltamento se torna extremada, sendo que, a modalidade de protesto mais comum será externado por meio da greve. Lembra a historiadora da juventude Perrot (1996, p. 110-111) que “entre 1871 e 1890, 16% dos manifestantes detidos têm entre quinze e dezenove anos e 6% dos líderes identificados pertencem a essa faixa de idade. Delineiam-se figuras de jovens ‘líderes’, com a voz potente, o tom da recusa e às vezes o carisma que arrebatam”.

Essas manifestações populares operárias que se espalham entre meados do século XIX e início do século XX na Europa influenciaram significativamente o advento das manifestações sociais operárias dentro do processo produtivo industrial na América Latina, principalmente em países como Brasil, Argentina e México. Esses países, embora não tivessem o germe revolucionário dos moldes marxistas e leninistas da época, acabavam recuperando as ações de protesto contra o imperialismo norte-americano que se instalava no contexto latino-americano com o financiamento da industrialização local, principalmente a partir das medidas industriais de implementação do trabalho assalariado e compulsório nas fábricas.

Ao surgirem movimentos liderados por militâncias ou partidos de esquerda, as ações juvenis se constituem como movimentos de mobilização de sujeitos sociais desejosos de mudanças sociais. Os jovens, neste caso, serão um grupo social que esteve inserido nos diferentes movimentos sociais latino-americanos, sendo o movimento operário aquele que desperta maior ânsia de mudança devido ao sonho de emancipação próprio dessa faixa etária.

## 2.1 Juventude e Movimento estudantil-operário no México

No México, a situação de empobrecimento da população local foi-se formando influenciada pelo imperialismo norte-americano desde o final do século XIX, em que o intervencionismo e as medidas protecionistas foram a palavra de ordem. As intervenções dos Estados Unidos nas questões internas do México estão ligadas diretamente ao contexto dos governos conservadores de Porfírio Dias (1877-1911) e Francisco Madero, em que sucessivamente, na política local, esses presidentes se fizeram porta vozes dos interesses imperialistas no cenário mexicano. Imaginar uma sociedade mexicana operária é uma falácia, mas sensato seria imaginá-la num contexto burguês e conservador.

Além de ganhar investimentos financeiros privados ligados à economia americana, o México, no final do século XIX, é constituído de um governo despótico, em que as empresas são de economia capitalista, os investimentos públicos, estradas de ferro, agricultura, mineração, entre outros, são voltados à economia agrário-exportadora, e as medidas políticas são antipopulares, influenciadas pela aliança direitista entre os políticos (científicos, burgueses e latifúndios), exército, Igreja Católica e capital estrangeiro, o que não favorece a conscientização e a criação da ação revolucionária ou anti-imperialista no cenário mexicano.

Muito embora no governo do presidente Madero, sucessor de Díaz, encontre-se o discurso pela emancipação e da exaltação da liberdade e do civismo em frases como “o povo não pede pão, pede liberdade”, a ausência de políticas emancipatórias e mudanças sociais impedem as ações populares e acaba frustrando os planos dos movimentos sociais locais, como o dos operários e o da classe campesina.

Por outro lado, é preciso considerar que o México só terá movimentos juvenis em efervescência política em meados do século XX, quando da influência de acontecimentos como a constituição de uma nova identidade estudantil que foi renovada pelos partidos comunistas conforme lembram Pozo; Islãs (2004), o XX Congresso do Partido Comunista da URSS (1956), que provocou mudanças no Partido Comunista Mexicano (1960) como a construção da Juventude Comunista do México (1961).

Na verdade, a juventude mexicana será um grupo social muito expressivo para entender a guinada da sociedade civil contra as forças conservadoras que haviam progredido durante a transição dos séculos XIX a XX. Esses personagens, seguindo a tendência europeia já mencionada, terá na escolarização a oportunidade de mudar as condições políticas e sociais internas numa conjuntura tão conturbada diante do capitalismo agrário exportador. Parafraseando Pozo; Islãs (2004) a juventude existe desde o século XVI na Europa ocidental, mesmo que, como categoria social, tenha surgido nos finais do século XVIII. Desse modo, a ideia de juventude demanda uma construção sociocultural de como ser jovem, com seus valores, normas de conduta, papéis sociais e imagens específicas, sendo importante destacar que, para constituição dos jovens, enquanto sujeitos sociais, era necessário descobri-los em sua natureza política.

Os jovens conscientes dos seus papéis sociais e políticos só apareceram durante a década de 1960 no México, visto que, antes disso, o que se tem é um projeto liberal para as famílias e para a juventude, uma educação positivista, que prepara os futuros adultos para um mercado de trabalho passivo e sem contestações, indiferentemente a todo tipo de exclusão social.

Assim, Pozo; Islãs (2004, p. 189) ressaltam que:

A ideia de juventude como concebemos atualmente começa a surgir no México no início do século XX, muito embora não signifique que os jovens não existissem antes do século XX, ainda que seja difícil saber quem e como eram. [...] No México estas condições e imagens são resultado das diversas transformações ocorridas durante o século XIX no interior das esferas de socialização mais importantes da sociedade: a família, a escola, o mercado de trabalho, o exército, os tempos do ócio. Entretanto, será nas três últimas décadas deste século, que essas mudanças impactarão a condição dos ‘nem crianças e nem adultos’ subordinada ao Projeto Liberal.

As condições para a juventude são propícias à formação educacional, mesmo que, nos moldes liberais, seguindo uma tendência do modelo “educacional positivista do educador Justo Sierra” (*Op. cit.*, p. 198), a escolarização preparatória começa aos 13 anos e terminava aos 15 anos, a idade pela os jovens

qual optavam por começar a trabalhar ou continuar estudando até lograr alguma profissão. No entanto, o período de preparação se estende aos jovens de famílias ou de classes abastadas, que vêm na formação educacional o adiamento do período de emancipação da juventude. Aos demais jovens de classes populares resta o trabalho, em fábricas ou no campo, prestes a exercê-lo como passo para constituição de uma nova família.

Nos anos de 1960, é o momento em que a juventude mexicana encontra espaço para expressividade política, graças ao acesso à universidade, influenciados pelas revoluções ora citadas, os jovens estudantes de esquerda são produto da construção juvenil que se forma das práticas sociais e políticas de jovens das classes médias e dos beneficiados pelas políticas de estabilização. Se, antes, os jovens não tinham espaço para participação política, nesta nova conjuntura política sessentista a juventude ganha espaço para mobilização universitária que se estende também para as fábricas.

Nesse sentido, destacou Rivas (2001 *apud* POZO; ISLÃS, 2004, p. 222-223) que:

A origem da imagem pode ser situada em 1958, com o início do processo de politização de uma nova identidade na juventude universitária. Uma série de fatores de caráter nacional e internacional confluiu neste processo: a insurgência social (operária e estudantil) de 1958 e 1959 – a revolução cubana, as mudanças no Partido Comunista Mexicano, a atividade dos grupos de esquerda e o clima de efervescência e criatividade cultural e intelectual em que se vivia nesses momentos. Fatores que funcionaram como espaços de socialização política e ideológica.

Influenciados por esses acontecimentos, surge a Central Nacional de Estudantes Democráticos com uma direção estudantil de várias tendências políticas, além do mais, outros espaços de socialização política foram-se formando em pequenas associações estudantis de tendência maoísta, trotskista, castroguevarista entre outros. Nesse sentido, esses movimentos juvenis politizados serão a expressão das ideológicas alternativas ao regime conservador local, principalmente quando se organizam em ações e manifestações de rua, por exemplo, com tendências revolucionárias, democráticas, libertários ou reivindicatórios que encontravam sua maior inspiração no celeiro das universidades, principalmente a UNAM – Universidade Nacional do México, que abrigou os principais mentores e idealizadores dos movimentos de contestação social juvenis.

Embora os movimentos da juventude mexicana não tivessem expressividade suficiente para enfrentar diretamente os setores conservadores do governo e da iniciativa privada, suas ações políticas trouxeram significativos resultados na luta democrática e antiautoritária. Segundo destacou Pozo; Islãs (2004), a façanha mais importante desses jovens universitários eclodiu em 26 de julho e 6 de dezembro de 1968, quando, conformando com o Comitê Nacional de Greve, redigiram uma petição com uma série de exigências dirigidas ao Governo Federal, buscando solucionar as reivindicações dos trabalhadores a partir do diálogo. Em iniciativas como essa, fica evidente que os movimentos sociais juvenis mexicanos não pretendiam constituir uma revolução esquerdista socialista, mas propor a garantia dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Geral da República.

Nesse movimento da década de 1960, as lutas políticas no contexto das universidades públicas darão iniciativa aos movimentos juvenis que promoveram suas reivindicações significativas como forma de fortalecimento da sociedade civil mexicana.



## 2.2 Juventude e Movimento dos Piqueteiros na Argentina

A Argentina atravessou os últimos quarenta anos, sobrecarregado de crises econômicas e sociais que foram influenciadas pelo cenário político de recessão e descontrole financeiro, principalmente a partir dos sucessivos governos e planos econômicos que se instituíram nos últimos anos. A tradição latifundiária e agrária exportadora impossibilitou o incremento de um sistema desenvolvido de industrialização, o que só viria a ser implementado a partir de 1940 com um novo modelo econômico que inaugurou a industrialização por substituição de exportações. Essa medida teria facilitado o surgimento da União de Industriais Argentinos conforme lembra Balardini (2004), a organização operária e sindical argentina aparecerá no cenário do país neste momento, porém sem um discurso reivindicatório e contestatório.

As ações dos trabalhadores argentinos aparecem influenciadas pelos personagens políticos conservadores. Por exemplo, no primeiro mandato de Juan Domingo Perón (1946-1955). Ele estaria apoiado por grupos heterogêneo de ações políticas. Parafraseando Bethell (1997), entende-se que estavam envolvidos na sua eleição os sindicalistas da Central Geral dos Trabalhadores, os yrigoyenistas e os conservadores das províncias do interior. Nesse sentido, as condições internas também foram favorecidas em meados do século XX pelo final da Segunda Guerra, quando a Argentina assumiu a posição de credora das dívidas em função das condições em que se encontravam os países europeus envolvidos diretamente com o conflito bélico mundial.

Desde a década de 1930, boa parte dos países enfrentou uma sucessão de crises econômicas que criaram as condições sociais de protesto contra o desemprego e a exclusão social. No entanto, é preciso destacar que as crises que geraram uma situação de instabilidade e desemprego não podem ser entendidas no contexto argentino isoladamente, mas recuperadas a partir de uma diversidade de fatores. Lembra Svampa; Pereyra (2003, p. 13) que:

Historicamente, la emergencia y el desarrollo de un movimiento social de desocupados no há aparecido como algo necesario ni evidente, ni mucho menos sostenido en el tiempo. La literatura sociológica ha insistido, más bien, en el conjunto de dificultades, tanto de carácter objetivo como subjetivo, que atraviesa la acción de los desocupados y que impide que éstos se conviertan en un verdadero actor colectivo. Así, a la problemática vinculada con el hecho de que los desocupados se hallan “fuera” de la estructura social y no ocupan por ello “ningún lugar”, muchos añaden otra dimensión que remite a la heterogeneidad de las bases y de las trayectorias sociales.

O surgimento de movimentos sociais de desocupados – desempregados acaba sendo uma expressão coletiva das ações em favor das reivindicações sociais. Em função das crises econômicas e sociais na Argentina, novas configurações sociais em torno da mobilização da população atingida pela destruturação econômica vão surgindo, principalmente na década de 1980, visto que “la desocupación pasó a convertirse en un rasgo estructural del modelo posfordista, visible en la existencia de un número importante – aunque variable, según los países – de desempleados [...]” (*Op. cit.* p. 13). Dessa forma, as décadas de 1970/1980 proporcionam uma maior articulação da sociedade civil com os desocupados, não se tratando, necessariamente, de personagens sem mobilização, não se enquadram na análise dos movimentos pré-políticos, observados por Hobsbawm (1979).

Nesse cenário, os piqueteiros surgem como ativistas que estão organizados enquanto movimento social, tendo em seu meio os trabalhadores desempregados que, inconformados com as últimas crises

econômicas, resolvem estruturar-se enquanto movimento de massa de protesto e contestação ao governo. Essa contestação se dá em virtude da situação de instabilidade e precarização das formas de trabalho, principalmente com a informalidade, que sobrevém após o final dos governos ditatoriais.

O movimento piqueteiro é uma entidade argentina que consegue fazer oposição aos partidos conservadores e até mesmo ao sindicalismo descompromissado que surgiu aliado aos setores conservadores do peronismo, os justicialistas e outros. Nas palavras de Svampa; Pereyra (2003, p.16):

La emergencia de las organizaciones piqueteiras como actor político, sus relaciones de dependencia con el Estado, a través de los planes sociales, en una política que oscila estratégicamente entre la negociación y la controtación, y permite vislumbrar un amplio espacio recorrido alternativamente por tendencias tanto hacia la institucionalización como hacia la disrupción. [...] las organizaciones piqueteiras emergen de una lucha ‘cuerpo a cuerpo’ en contra de las estructuras clienterales del Partido Justicialista; desarrollan una vertiginosa autonomía durante el gobierno de la Alianza (se constituyen en este período – 1999 – 2001 – en un verdadero movimiento social organizado, instalándose como un interlocutor para los gobiernos sucesivos.

Evidentemente que, ao entender os piqueteiros argentinos como um movimento social organizado, verifica-se que, nestes últimos anos, sua participação no seio da sociedade tem repercutido exatamente porque faz oposição acirrada ao sindicalismo peronista de tendência conservadora. Suas estratégias demarcam o terreno de uma conjuntura política que precisa de nova configuração, principalmente porque os personagens que reclamam pelos direitos mais elementares como emprego, educação, saúde, são indivíduos das camadas sociais marginalizadas da sociedade argentina que representam exponencialmente a maioria da população local.

Os jovens se inserem nesse contexto como os personagens carregados de sonhos e de reivindicações, adentrando a eles juntamente com os demais grupos sociais emancipatórios, o que para, Svampa; Pereyra (2004, p. 25), representam:

El ciclo de movilización que incluye las puebladas y los piqueteiros tiene una impronta fuertemente sindical dada por la constante movilización de los gremios de docentes y estatales en todo el país y, por otro, que varias líneas sindicales – al igual que algunas partidarias – decidieron en la segunda mitad de los 90 volcarse progresivamente hacia la organización de desocupados – y levantar sus banderas – hecho que marca el salto de las organizaciones piqueteiras hacia la masividad.

A juventude é recrutada para as mobilizações sociais nas universidades, e delas participar, graças aos grêmios organizados pelos professores, principalmente quando o discurso esquerdista abrange as fileiras da militância juvenil. A trajetória dos piqueteiros nos anos 1990 é representada pela articulação de diferentes setores sociais, em algumas entidades representativas de natureza esquerdista, com propósitos muito concretos de reivindicação e de contestação.

Para os jovens que se inseriam no contexto argentino da década de 1990, surgiu o comitê de iniciativa para a participação juvenil, integrado às organizações sociais de alcance nacional e de caráter autônomo. Nesse sentido, é importante observar que a inclusão dos jovens nas ações militantes indicava sua integração em ações permanentes da juventude em partidos políticos com representação parlamentar em função de uma série de reivindicações como a questão do desemprego, a principal luta do movimento dos piqueteiros, o que, segundo Balardini (2004, p. 44), significou: “Este espaço se transformando na atual

Mesa de Entendimento Juvenil (MCJ), âmbito comum para debater políticas de juventude, que reúne a organização para, a partir dos e pelos jovens”. É possível entender que nessa dinâmica social da sociedade argentina, frente às crises econômicas, financeiras e sociais, os movimentos sociais tiveram uma contribuição significativa neste processo, principalmente em vir na contramão desse processo de estagnação social, situação que encontra respaldo com a mobilização de personagens sociais como os jovens, mesmo que tenha vindo tardiamente do contexto dos governos conservadores, agrário exportador outrora, e de tendência neoliberal, mais recentemente.

### Considerações finais

As ações sociais e políticas da juventude latino-americana se constituem numa das experiências de luta por sua emancipação. Se, antes na puberdade, a educação e o trabalho são a garantia de emancipação diante da família, conforme lembra Perrot (1996), na juventude e no início da fase adulta, esses personagens sociais envolvidos nas mobilizações estudantis em defesa dos trabalhadores desejam liberdade econômica, salário, melhores condições de trabalho, proteção assistencial e contra a insalubridade.

Os sonhos da juventude estudantil e operária são alimentados pelas suas necessidades materiais. Neste contexto, conscientização é uma palavra que escapa à sociedade civil e às entidades representativas como a Igreja que, em sua posição conservadora, não tem compromisso com promoção social dos indivíduos excluídos da sociedade, diferentemente dos discursos teológicos libertários de outros países nas décadas de 1960, 1970 e 1980 como a Igreja no Brasil.

Os jovens estão ali, na universidade, na fábrica, na Igreja, na família e nos partidos, sonhando em conquistar seus espaços. Infelizmente, a sociedade, historicamente falando, vem mostrar que a trajetória latino-americana é perpassada por influências e contextos dos mais diversos que impedem uma situação de emancipação coletiva satisfatória. O legado que permanece da juventude latino-americana, neste caso, no cenário mexicano com os jovens estudantes desejosos do trabalho fabril digno, bem como do movimento dos piqueteiros na Argentina que têm em suas fileiras muitos jovens ociosos pelo trabalho e pela participação política, que é sua determinação em não aceitar o sistema capitalista imperialista no contexto do trabalho como a situação dada. É preciso, portanto, a contestação social dentro do movimento operário para mostrar que os jovens não estão mortos.

### REFERÊNCIAS

BALARDINI, Sérgio. O século XX e as gerações jovens na Argentina. In. CACCIA-BAVA, Augusto; PÀMPOLS, Carles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004. p.15-62.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, 1997.

- GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HOBSBAWN, Eric. **Rebeldes Primitivos**. São Paulo: Global, 1979.
- LÖWY, Michel. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In. \_\_\_\_\_. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 9-63.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Edições 70, 1975.
- MARX, Karl. Manufatura e divisão do trabalho. In.: \_\_\_\_\_. **O Capital**. 11ª ed., São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, Livro 1.
- MINHARRO, Erotilde Ribeiro dos Santos. **A criança e o adolescente do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.
- OUTHWAIT, W. e BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1996.
- PERROT, Michelle. A juventude operária. Da oficina à fábrica. In. LEVI; Giovanni; SCHMITT, Claude (Org.) **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Vol. I. p. 83-136.
- POZO, Maritza Urteaga Castro; ISLÁS, José Antonio Pérez. Imagens juvenis do México Moderno. In. CACCIA-BAVA, Augusto; PÀMPOLS, Carles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004. p.183-255.
- SVAMPA, Maristella. **Entre La ruta y El barrio: La experiencia de las organizaciones piqueteras**. 1º ed., Buenos Aires: Biblos, 2003.